

CRÍTICA SOBRE A DEMOCRATIZAÇÃO NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÚLTIMA DÉCADA (2012-2020)

Ari Fernandes Santos Nogueira
PPGED/UFPA/Brasil

ari.nogueira@ufob.edu.br

André Rodrigues Guimarães
PPGED/UFPA/Brasil

andre@unifap.br

Introdução

No presente estudo analisa-se mediações racistas em políticas neoliberais para a democratização da educação superior. Mediante análise documental, buscou-se (i) discutir o conceito de democratização do acesso em políticas neoliberais para educação superior e (ii) identificar operações de racismo nessas políticas. Compreende-se o neoliberalismo como um conjunto de estratégias mercantilistas que visam reafirmar o poder hegemônico das classes dirigentes e, nesse processo, o racismo opera produzindo desigualdades, as quais também se manifestam no acesso à educação superior.

Estudos como os de Theodoro (2008), Almeida (2018), Santos (2018) e Nogueira (2020) analisam desvantagens estruturais que enfatizam o racismo como sistema de regulação e produção de desigualdades que negam à população negra acesso à universidade pública e direciona essa população ao desemprego, subemprego e informalidades como estratégia de precarização da cidadania. Dessa forma, buscou-se investigar a ocorrência de interesses racistas em políticas neoliberais para a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

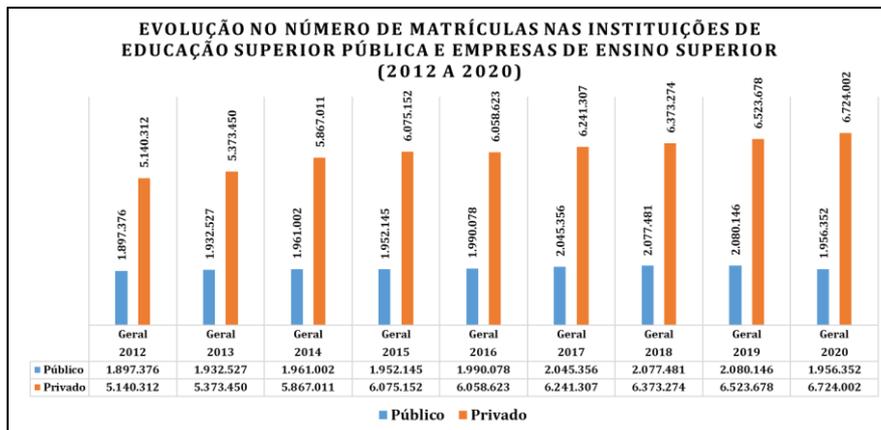
Democratização ou mercantilização da educação superior?

O neoliberalismo é definido por Andrade (2019) como um conjunto de estratégias para retomada do crescimento dos lucros e dividendos das classes dominantes, em resposta às crises do sistema capitalista, mantendo privilégios e desigualdades. Para tanto, as medidas estatais reduzem o investimento nas políticas públicas sociais e incentivam às parcerias público-privado. No campo da política educacional esse processo também se transverte na defesa da democratização do acesso, via privatização da educação.

Os estudos de Sguissard (2006) e de Peroni; Oliveira (2019) apontam que, sob o discurso da democratização, os governos dos últimos dez anos, mesmo com a lei de cotas, veem seguindo orientações de organismos internacionais como o Banco Mundial e

incentivam as parcerias público-privadas e o aumento de matrículas no setor privado, como mostram os dados do Censo da Educação Superior do Inep apresentados no gráfico 01, a seguir.

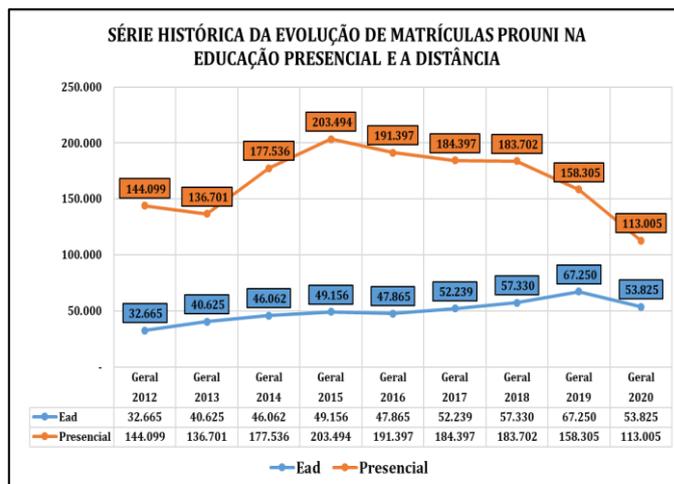
GRÁFICO 01: MATRÍCULAS NO SEOR PÚBLICO E PRIVADO (2012 A 2020)



Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (Inep) / Autor: NOGUEIRA, 2022

O Gráfico 01 acima expressa o aumento de 1.583.690 no número de matrículas do setor privado; esse mesmo dado para o setor público é de 58.976. O somatório de matrículas no setor público não supera 4% do total de matrículas nas empresas de ensino superior privado que, em 2020, já contabilizava mais de 77% do total de matrículas, inclusive, no caso da educação a distância, ações como o Programa Universidade para Todos (ProUni), intensificaram o financiamento público do setor privado.

GRÁFICO 02: MATRÍCULAS PROUNI EAD E PRESENCIAL (2012 A 2020)



Fonte: Relatório de dados abertos ProUni (Inep) / Autor: NOGUEIRA, 2022

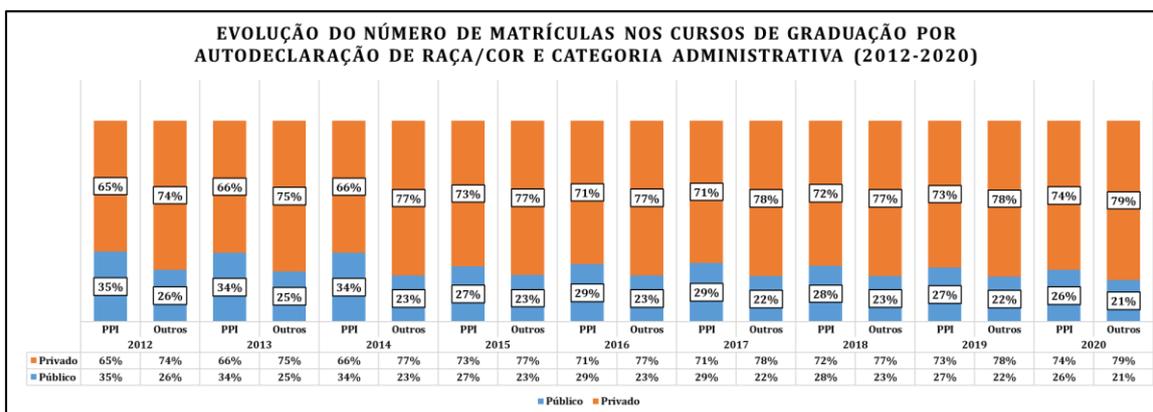
O Gráfico 02, destaca que enquanto nos últimos dez anos, a destinação de recursos do ProUni para matrículas na educação presencial teve uma queda vertiginosa de 28%, na educação a distância cresceu 65%. Observa-se que, como aponta Guimarães (2016) as políticas de expansão e democratização têm sido utilizadas para operacionalizar a mercantilização da educação e o financiamento do setor privado com recursos públicos.

Diante de políticas implementadas a partir de orientações neoliberais, o discurso da democratização parece exigir um olhar mais particularizado no sentido de analisar os efeitos políticos dessas propostas, inclusive no que se refere às assimetrias socioeconômicas e étnico-raciais efeito dessas políticas.

Manutenção de operações racistas na educação superior

O racismo tem sido acionado sempre que as classes hegemônicas precisam reafirmar seus privilégios ampliando desigualdades, como ocorre no neoliberalismo, onde “a crescente desigualdade se justifica como meio de estimular riscos dos empreendedores e a inovação, elementos centrais da competitividade e do crescimento econômico” (ANDRADE, 2019, p. 221). Essas ideias de empreendedorismo e inovação vêm ocupando discursos governistas sobre políticas para educação superior desde a Reforma Universitária de 1968, produzindo efeitos contraditórios que, conforme Fernandes (1975, p. 51-55), têm reafirmado a ideia de um ensino superior isolado, elitista e mercantilizado, com cursos voltados para a transmissão de conhecimentos e cunho profissionalizante. É o que revela o Gráfico 03 a seguir.

GRÁFICO 03: MATRÍCULAS PPI (2012 A 2020)

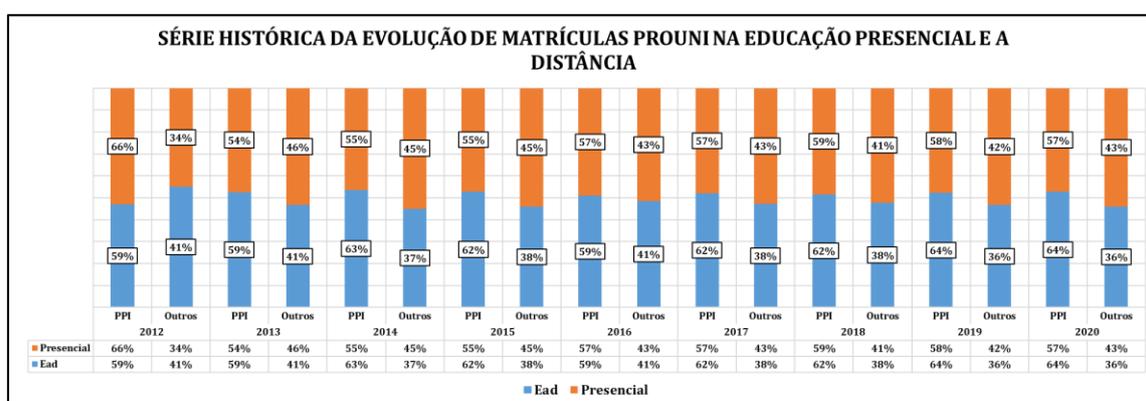


Fonte: Sinopse Estatística da Educação Superior (Inep) / Autor: NOGUEIRA, 2022

Há um crescimento significativo nas matrículas de autodeclaradas negras (PPI), assim como ocorre com aquelas que não fazem essa autodeclaração, porém, o Gráfico 3 revela que ao isolar os dados das matrículas PPI por categoria administrativa, observa-se uma queda de 9 pontos percentuais no setor público para a última década, equivalente a esse crescimento no setor privado.

Não obstante, a análise dos dados do ProUni na última década, revela um movimento histórico de redução das matrículas PPI na educação presencial e crescimento na educação a distância.

GRÁFICO 04: MATRÍCULAS PPI PROUNI (2012 A 2020)



Fonte: Relatório de dados abertos ProUni (Inep) / Autor: NOGUEIRA, 2022

Observa-se que enquanto as matrículas de estudantes PPI no ensino presencial cai 09 pontos percentuais, há um crescimento de 05 pontos percentuais nessas matrículas na educação a distância. As políticas neoliberais implementadas no Brasil têm produzido e ampliado desigualdades socioeconômicas demarcadas, assimetricamente, pela manutenção de uma maioria histórica de pessoas negras (PPI) que ainda são minoria nas instituições públicas, porém, em programas como Universidade para Todos, ProUni, de fomento ao setor privado com recursos públicos, a soma de PPI supera consideravelmente os que se autodeclararam brancos.

Considerações

A análise dos dados da ampliação das matrículas no ensino superior revela antinomias no discurso de democratização utilizado pelos governos da última década. Nota-se que o crescimento das matrículas do setor privado é consideravelmente maior que no setor público, assim como é perceptível um movimento de redução do acesso de

autodelcarados PPI na educação pública acompanhado de aumento proporcional dessa população em programas de acesso ao setor privado como o ProUni que, inclusive, é cada vez mais direcionada à educação a distância.

É perceptível um uso teleológico de políticas de democratização para promover o direcionamento da população PPI para a situação de clientes da educação privada, principalmente do ensino a distância o que revela uma operação racista de mercantilização da educação superior. O racismo nesses processos, opera estrategicamente produzindo desigualdades na educação superior que terão efeito no acesso a cidadania e ordenamento social, político e econômico como intenta o neoliberalismo.

Referências

- ALMEIDA, Silvio, O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v34n1/0102-6992-se-34-01-211.pdf>. Acessado em 20 de abr de 2020.
- FERNANDES, F. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- GUIMARÃES, André Rodrigues. Orientações do Banco Mundial para a contrarreforma da educação superior nos países capitalistas eixo 3: política e gestão da Educação Superior. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- NOGUEIRA, Ari Fernandes Santos. Do ingresso à diplomação: o racismo como categoria de análise das assimetrias etnicorraciais na permanência de estudantes na educação superior. Orientadora Dra. Iracema Oliveira Lima. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Sudoeste da Bahia, Programa de PósGraduação em Educação, PPGED, Vitória da Conquista. 2020. (188f)
- PERONI, Vera. OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra de. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista–Bahia -Brasil, v. 15, n. 31, p. 3857, jan./mar. 2019. Disponível em <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4657/3662>. Acesso em janeiro de 2020.
- SANTOS, Rosenwerk Estrela. A pobreza e as desigualdades étnico-raciais no Brasil: a questão racial como elemento de expressão da questão social no pós-abolição. (in) Universidade e sociedade / Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Ano XXVIII. N. 62. Junho/2018. Edição especial. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.
- SGUISSARD, Valdemar. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 1021-1056, out. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>. Acesso em janeiro de 2020.